POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

FINALIDADE

A presente Política de Proteção de Dados Pessoais ("Política") do INSTITUTO MARIA E JOÃO ALEIXO / Uniperiferias ("Instituto") estabelece as diretrizes, os princípios e as obrigações para o tratamento de dados pessoais realizado sob sua responsabilidade, em conformidade com a *Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*.

Esta Política se aplica a todas as operações de tratamento de dados pessoais, em meios físicos ou digitais, realizadas por dirigentes, colaboradores, voluntários, prestadores de serviço e parceiros do Instituto, que envolvam dados de doadores, beneficiários, participantes de projetos, usuários de suas plataformas e qualquer outro titular de dados que se relacione com a instituição.

Para os fins desta Política, adotam-se as seguintes definições:

I. Dados Pessoais: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

II. **Dados Pessoais Sensíveis:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

III. **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

IV. **Controlador:** O Instituto Maria e João Aleixo, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

V. Operador: Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.

VI. Encarregado (DPO): Pessoa indicada pelo Controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

VII. **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

DOS PRINCÍPIOS E DAS BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

O tratamento de dados pessoais realizado pelo Instituto observará a boa-fé e os seguintes princípios da LGPD:

I. **Finalidade:** Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

II. **Adequação:** Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas.

III. **Necessidade:** Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades.

IV. **Livre Acesso:** Garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados.

V. **Qualidade dos Dados:** Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados.

VI. **Transparência:** Garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento.

VII. **Segurança:** Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas.

VIII. **Prevenção:** Adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

IX. **Não Discriminação:** Impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

X. **Responsabilização e Prestação de Contas:** Demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados.

O Instituto somente realizará o tratamento de dados pessoais nas hipóteses permitidas pela LGPD, tais como:

I. Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II. Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III. Para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular;

IV. Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

V. Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro.

DO TRATAMENTO DE DADOS E SUAS FINALIDADES

A coleta de dados pessoais é realizada por meios legítimos e transparentes, como formulários de inscrição em projetos, cadastros de voluntariado, listas de presença, plataformas de doação e navegação em nosso site, sempre com o conhecimento e, quando necessário, o consentimento do titular.

O tratamento de dados pessoais pelo Instituto tem como finalidades precípuas:

I. Identificar e manter contato com doadores, parceiros, voluntários e beneficiários;

II. Administrar a participação de inscritos em projetos, cursos e eventos;

III. Enviar comunicações institucionais, relatórios de atividades, notícias e convites;

IV. Cumprir obrigações legais e regulatórias, como prestação de contas e emissão de recibos;

V. Realizar estatísticas e pesquisas para aprimoramento das atividades institucionais;

VI. Garantir a segurança de nossas instalações e plataformas digitais;

VII. Recrutar e selecionar colaboradores e voluntários.

O Instituto se compromete a não utilizar os dados pessoais para fins comerciais ou para finalidades distintas daquelas para as quais foram coletados, salvo com o consentimento expresso do titular.

DA SEGURANÇA E DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O Instituto adota medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de

destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

O acesso aos dados pessoais é restrito a colaboradores e operadores que necessitem das informações para a execução das finalidades já descritas, os quais estão sujeitos a obrigações contratuais de sigilo e confidencialidade.

O compartilhamento de dados pessoais com terceiros (operadores), como fornecedores de tecnologia ou parceiros de projetos, somente ocorrerá para o cumprimento das finalidades institucionais e mediante a exigência contratual de que o operador adote as mesmas medidas de segurança e cumpra as diretrizes desta Política e da LGPD.

Os dados pessoais serão armazenados pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades para as quais foram coletados, bem como para o cumprimento de obrigações legais, contratuais ou para o exercício regular de direitos. Após o término do tratamento, os dados serão eliminados de forma segura.

DOS DIREITOS DOS TITULARES

O Instituto assegura ao titular o exercício dos direitos previstos no art. 18 da LGPD, mediante requisição expressa ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO), quais sejam:

I. Confirmação da existência de tratamento;

II. Acesso aos dados;

III. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;

V. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa;

VI. Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular;

VII. Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento sobre as consequências da negativa; IX. Revogação do consentimento.

As solicitações para exercício dos direitos deverão ser encaminhadas ao canal de contato indicado e serão atendidas nos prazos legais.

DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)

O Instituto nomeia um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), que será o ponto de contato para os titulares de dados e para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para exercer seus direitos, ou para obter esclarecimentos sobre esta Política, o titular deverá entrar em contato com o Encarregado através do seguinte e-mail:

E-mail do Encarregado (DPO): escuta@imja.org.br *(Assunto: A/C Encarregado de Proteção de Dados)*

DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta Política será revisada periodicamente e atualizada sempre que necessário para refletir alterações na legislação ou nas práticas de tratamento de dados do Instituto. A versão mais recente estará sempre disponível em nossos canais de comunicação.

A continuidade do relacionamento com o Instituto após a publicação de alterações nesta Política implica a ciência e aceitação de seus novos termos.

Este documento entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2025.

Diretoria do Instituto Maria e João Aleixo

IMJA | INSTITUTO MARIA E JOÃO ALEIXO

CNPJ: 17.484.677/0001-45
Rua Bittencourt Sampaio, 140, Maré - Rio de Janeiro
contato@imja.org.br